



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Assembleia Legislativa da Bahia

Modalidade de Licitação

Número

Dispensa

002/2026

CONTRATO ALBA Nº 011/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, A TELEFÔNICA BRASIL S/A E A TLD HUB DE CIBERSEGURANÇA E CONECTIVIDADE LTDA, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, CNPJ nº 14674337/0001-99, situado na 1ª Avenida, Quadra 130, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador-Bahia, CEP 41.745-001, neste ato representada pela sua Presidente, Dra. IVANA TEIXEIRA BASTOS, devidamente autorizada pelo Decreto Simples publicado no Diário Oficial do Estado – DOE de 18 de março de 2025, doravante denominado ADERENTE e as empresas, TELEFÔNICA BRASIL S/A, CNPJ Nº 02.558.157/0001-62, Inscrição Estadual/Municipal nº 108383949112 / 2871449-0, situada à Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, número 1376, Cidade Monções, São Paulo, São Paulo, CEP 4.571-936, neste ato representada por CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA, portadora do documento de identidade nº 630486, emitido pela SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 613.174.201-44, e por AQUILES ALCANTARA CHAN, CPF n.º 972.828.047-53, RG nº 100172568 IFP/RJ, e TLD HUB DE CIBERSEGURANÇA E CONECTIVIDADE LTDA, CNPJ Nº 33.927.8490001-64, Inscrição Estadual/Municipal nº 027.323.346 NO / 00.069.757/001-85, situada à Rua Soldado Luiz Gonzaga das Virgens, número 111, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-560, neste ato representada por RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA, portadora do documento de identidade nº 7.352.838-26, emitido pela SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 684.548.135-00, e por ELIANE RITA MIRANDA DOS SANTOS FARIAS, portadora do documento de identidade nº 355246260, emitido pela SSPBA, inscrito no CPF/MF sob o nº 565.973.205-49, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado Contratada, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa nº 02/2026, processo administrativo nº 024.2056.2025.0012539-43, que se regerá pela Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação do serviço de telefonia fixa comutada, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).
- 1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:
 - a) TR/Habilitação;
 - b) Proposta da Contratada;
 - c) Anexo I – Plano de Tarifas
 - d) Anexo II – Matriz de Risco

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato.

2.2 A prorrogação de que trata esta Cláusula está condicionada à justificativa e autorização da autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem vantajosos para o ADERENTE, permitida a negociação com a Contratada, observando-se, ainda, o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) comprovação de que a forma de execução do objeto tem natureza continuada;
- b) apresentação de relatório que discorra sobre a execução do Contrato e sua regularidade;
- c) apresentação de justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade da execução contratual;
- d) manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O Contrato não poderá ser prorrogado, quando for aplicada à Contratada (art. 44, §3º, inc. III, do Decreto nº 23.113, de 9 de outubro de 2024):

- a) a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia;
- b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor Antônio Sancho Rios Filho, matrícula: nº 904.562.

3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): Ruy Barbosa De Abreu Júnior e Lucas De Santana Pinheiro matrícula(s): 911.615 e 925.381

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições indicadas no TR/Habilitação.

4.1.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o ADERENTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não se responsabilizando o ADERENTE por nenhum compromisso assumido pela Contratada com terceiros.

4.1.2 A subcontratação depende de autorização prévia do ADERENTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.2.1 A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta

mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade ADERENTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.4 Caso tenha sido formulada no TR/Habilitação a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

- a) a Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de extinção do Contrato, assegurando-lhe, para fins de regularização, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por até igual período;
- b) a Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o ADERENTE, sob pena de extinção contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- c) a Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação; e
- d) os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas (art. 48, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O ADERENTE pagará à Contratada os valores estimados especificados no Anexo I deste contrato:

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), perfazendo o valor estimado global de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

TELEFÔNICA MENSAL - LOTE I	TLD MENSAL - LOTE II	TOTAL MENSAL - LOTES I E II	TELEFÔNICA ANUAL - LOTE I	TLD ANUAL - LOTE II	TOTAL ANUAL LOTES I E II
8.000,00	32.000,00	40.000,00	96.000,00	384.000,00	480.000,00

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano contado de 06/02/2026, data do orçamento estimado (art. 92, inc. V, e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo ADERENTE, do Índice Setorial de Telecomunicações - IST.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo ADERENTE, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o ADERENTE pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O ADERENTE, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do ADERENTE deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer

dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021);

7.12 No caso de contratações de obras e serviços de engenharia, a hipótese de que trata a subcláusula 7.8.1 abrange as situações em que a execução contratual seja obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias à Contratada (art. 124, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO ADERENTE E DA CONTRATADA

Obrigações do ADERENTE

8.1 O ADERENTE, além das determinações contidas no TR/Habilitação e demais componentes ou instrumento de contratação direta, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;
- e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;
- g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;
- j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho;

8.1.1 O ADERENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021).

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo ADERENTE e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo ADERENTE, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo ADERENTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do ADERENTE ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou no procedimento de contratação direta;
- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo ADERENTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao ADERENTE qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;
- j) paralisar, por determinação do ADERENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo ADERENTE, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;
- n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao

cumprimento às normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao ADERENTE;

p) submeter previamente, por escrito, ao ADERENTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação e/ou Projeto Básico;

q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo ADERENTE, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);

r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei nº 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei nº 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei nº 14.395/2021, devendo justificar, perante o ADERENTE, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;

u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do ADERENTE;

v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;

w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;

aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;

bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação ou no procedimento de contratação direta;

- cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ADERENTE;
- dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;
- ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;
- gg) ressarcir o ADERENTE pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;
- hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do ADERENTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;
- jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
- ll) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

8.2.1 Além das determinações acima descritas, a Contratada deverá atender às seguintes obrigações específicas:

- a) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;
- b) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- c) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto a que alude este Contrato, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos.
- d) manter os serviços dentro dos padrões de qualidade e prazos previstos nas Normas para Prestação de Serviços Públicos de Telecomunicações.
- e) atender às solicitações da ADERENTE, corrigindo, no prazo máximo de 2 (duas) horas, depois de notificada, todas as falhas não compreendidas pelo item anterior, ou seja, que não impliquem a interrupção total na prestação dos serviços ou degradação na qualidade da comunicação que impeça sua utilização;
- f) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A ADERENTE não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** para terceiros, exceto no caso de transferência de contratos de concessão ou de permissão, ou de termo de autorização, devidamente aprovada pela ANATEL;
- g) repassar à ADERENTE, durante a vigência do contrato, todas as vantagens e descontos nas tarifas por ela oferecidos no mercado para o plano de serviços SIMILARES ao utilizado como referência em sua proposta, sempre que esses forem mais vantajosos do que os constantes no instrumento contratual.
- h) O ADERENTE, mediante sua necessidade poderá solicitar o fornecimento de serviços, em caráter eventual e temporário (carnaval, São João e outras festividades);
- i) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um Call Center número telefônico de tarifação reversa

(serviço 0800) para telefonia, podendo ser o mesmo número e um endereço de correio eletrônico, para atender reclamações de problemas, disponibilizando um número de ocorrência sempre que um chamado for efetuado. Esse atendimento deve estar disponível, 24 horas por dia e 07 dias por semana, sendo apresentado mensalmente relatório de gerenciamento de falhas;

- j) Para atendimento aos sites localizados no CAB – Centro Administrativo da Bahia, a CONTRATADA deverá garantir que os links de acesso tenham contingenciamento automático.

Matriz de risco

8.3 A Matriz de Risco constitui parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, na forma do Anexo II deste Contrato.

8.3.1 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade tenha sido atribuída ao ADERENTE na Matriz de Risco, sem prejuízo da responsabilidade deste pelo cumprimento das obrigações elencadas na subcláusula 8.1.

8.3.2 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste a ela atribuídos na Matriz de Risco, sem prejuízo da sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações elencadas na subcláusula 8.2.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

9.2 A garantia contratual será gerenciada pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, através do Contrato Principal SEINFRA nº 03/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.

10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao ADERENTE, observado o disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei nº 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei nº 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei nº 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o ADERENTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 47, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei nº 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O ADERENTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1º, da Lei nº 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal**, incidente sobre o valor global do contrato, será de: 25% (vinte e cinco por cento) (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: 10% (dez por cento) (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: 1 % (um por cento) (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: 0,5 % (meio ponto percentual).

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.

11.1.1 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o ADERENTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.1 Na hipótese de que trata a subcláusula 11.1.1, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, condicionada à intimação da Contratada sobre a não continuidade do pacto com, no mínimo, 2 (dois) meses de antecedência da referida data (art. 106, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.1.1 Caso a intimação de que trata a subcláusula 11.1.1.1 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do Contrato, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de

descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade ADERENTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
01101	101	122	500	2018
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	
99	33909	100	1500	

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula 13.2 (art. 127 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.5 Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.8 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do Contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.9 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do ADERENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.10. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao ADERENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei nº 12.209/2011 e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais

para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo ADERENTE com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao ADERENTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

16.5 O ADERENTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo ADERENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório, de contratação direta ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 O ADERENTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo ADERENTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.

17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

ADERENTE

CONTRATADA

IVANA TEIXEIRA BASTOS

Presidente da ALBA

CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA

TELEFÔNICA BRASIL S/A

Procuradora

AQUILES ALCANTARA CHAN

TELEFÔNICA BRASIL S/A

Procurador

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA

TLD HUB DE CIBERSEGURANÇA E
CONECTIVIDADE LTDA

Representante Legal

ELIANE RITA MIRANDA DOS SANTOS FARIAS

TLD HUB DE CIBERSEGURANÇA E
CONECTIVIDADE LTDA

Representante Legal

ANEXO I – PLANO DE TARIFAS

Lote	Serviços	Unidade	Valor Unitário Mensal (sem ICMS)	Valor Unitário Mensal (com ICMS) (20,5%)
I - ASSINATURA E TRÁFEGO	Assinatura Mensal Tronco SIP com 30 canais (tráfego ilimitado)	Unidade	900,00	1.182,07
	Instalação Tronco SIP 30 canais	Unidade	0,00	0,00
	Assinatura DDR com 50 ramais	Unidade	0,00	0,00
	Assinatura TRIDIGITO	Unidade	1.050,00	1.379,09
	Assinatura 0800	Unidade	900,00	1.182,07
	Assinatura 4020	Unidade	2.495,08	3.277,08
	Tráfego 0800 Origem Fixo-Fixo Local	Minuto	0,02	0,03
	Tráfego 0800 Origem Móvel Local	Minuto	0,03	0,04
	Tráfego 0800 Origem Móvel DDD	Minuto	0,03	0,04
	Tráfego 0800 Origem Fixo-Fixo LDN	Minuto	0,02	0,03
	Tráfego Ligações 4020	Minuto	0,00	0,00
	LDI Grupo 1	Minuto	0,17	0,22

	LDI Grupo 2	Minuto	0,22	0,29
	LDI Grupo 3	Minuto	0,83	1,09
	LDI Grupo 4	Minuto	2,28	2,99
	LDI Grupo 5	Minuto	9,51	12,49
	LDI Grupo 6	Minuto	2,28	2,99
II - SERVIDOR NUVEM PRIVADA - GOVBA	Assinatura mensal Servidor SIP	Unidade	6.500,00	8.537,20
	Assinatura mensal Servidor SBC	Unidade	1.288,00	1.691,68
	Assinatura mensal Ramal IP	Unidade	25,80	33,89
	Assinatura mensal Usuário de Contact Center	Unidade	62,00	81,43
	Assinatura mensal ATA 2 Portas FXS	Unidade	36,00	47,28
	Assinatura Mensal ATA 24 Portas FXS	Unidade	395,00	518,80
	Assinatura mensal ATA 72 Portas FXS	Unidade	1.328,00	1.744,22
	Assinatura mensal Telefone IP Tipo 1 (Básico)	Unidade	13,00	17,07
	Assinatura mensal Telefone IP Tipo 2 (Intermediário)	Unidade	21,00	27,58
	Assinatura mensal Telefone IP Tipo 3 (Avançado)	Unidade	81,00	106,39
	Assinatura mensal Telefone IP Tipo 4 (Premium)	Unidade	172,00	225,91
	Assinatura mensal Telefone IP Tipo 5 (WiFi)	Unidade	43,00	56,48

ANEXO II

MATRIZ DE RISCO

Resumo Executivo

Este relatório executivo apresenta uma análise dos principais riscos relacionados à contratação de serviços de telefonia. Foram identificados riscos operacionais, financeiros, contratuais e estratégicos. A matriz de risco permite priorizar ações de mitigação para os riscos mais críticos.

Principais Riscos Críticos Identificados

- 1. Indisponibilidade do serviço (quedas) → Mitigação: Exigir SLA \geq 99,9%.
- 2. Multa de rescisão abusiva → Mitigação: Negociar cláusulas mais flexíveis.
- 3. Dependência de único fornecedor → Mitigação: Prever plano B com outro operador.
- 4. Reajustes abusivos → Mitigação: Fixar índice atrelado ao IST.

Detalhamento Completo da Matriz de Risco

Risco	Categoria	Probabilidade (1-3)	Impacto (1-3)	Nível de Risco	Ação de Mitigação
Indisponibilidade do serviço (quedas)	Operacional	2	2	7	Exigir SLA de disponibilidade \geq 99,9%

Cobranças indevidas	Financeiro	1	1	4	Auditar faturas mensalmente
Multa de rescisão abusiva	Contratual	2	3	6	Negociar cláusulas mais flexíveis
Dependência de único fornecedor	Estratégico	1	1	5	Prever plano B com outro operador
Atrasos na instalação/migração	Operacional	2	2	4	Prever prazo contratual com multa por atraso
Atendimento técnico demorado	Operacional	2	2	4	Definir SLA de atendimento ≤ 4h
Reajustes abusivos	Financeiro	2	3	6	Fixar índice de reajuste atrelado ao IPCA
Não conformidade com LGPD	Contratual/Legal	1	3	3	Solicitar cláusulas de conformidade LGPD



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Rita Miranda dos Santos Farias, Usuário Externo**, em 07/04/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Carlota Braga de Assis Lima, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Aquiles Alcantara Chan, Usuário Externo**, em 10/04/2026, às 06:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Luiz de Oliveira, Representante Legal da Empresa**, em 10/04/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ivana Teixeira Bastos, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00136856911** e o código CRC **6EF5B4DD**.

Sua trajetória é marcada pela dedicação, pela credibilidade e pelo compromisso com a comunicação pública, atributos que o consolidam como um dos nomes mais relevantes do jornalismo social baiano. Também deixa cinco filhos, Ingrid, Angel, Sílvia, Antônio e Priscila Laranjeira.

Neste momento de dor, manifesto minha solidariedade aos familiares, amigos e colegas de profissão, desejando força e serenidade para enfrentar essa perda irreparável. Que sua história permaneça viva como referência para o jornalismo e como legado para a sociedade baiana.

Por todas essas razões, senhora presidente, é que requeiro que esta moção pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, 14 de abril de 2026.

Deputado ROBINSON ALMEIDA

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

CONVOCAÇÃO

Assunto: Reunião extraordinária

O Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o Senhor Deputado Alex da Piatã, no uso de suas atribuições regimentais, convoca os Deputados integrantes da referida Comissão para uma REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no dia 15 DE ABRIL DE 2026, às 11h, NA SALA DEPUTADO ELIEL MARTINS, com o OBJETIVO DE ELEGER A NOVA PRESIDENTE DO COLEGIADO.

Deputado ALEX DA PIATÃ
Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento

SAF - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO - REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

A Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as razões constantes no Parecer exarado pela Procuradoria Geral da Casa, Resolve: **REVOGAR** o Pregão Eletrônico n.º 025/2025, Processo n.º 7848/2025, cujo objeto é a aquisição de plantas e materiais de paisagismo, e consequentemente todos os atos dele decorrentes. Salvador, 14 de abril de 2026. Presidente Deputada Ivana Bastos.

SAF - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

FORNECIMENTO/AQUISIÇÃO

EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº 044/2025	
CONTRATADA	TECNOKAP SOLUÇÕES LTDA.
VALOR	VISANDO ADITAR O CONTRATO ORIGINAL EM TORNO DE 9,70% (NOVE VIRGULA SETENTA POR CENTO), EQUIVALENTE A R\$ 29.044,41 (VINTE E NOVE MIL, QUARENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS), PASSANDO O VALOR ESTIMADO TOTAL PARA R\$ 328.534,67 (TREZENTOS E VINTE E OITO MIL, QUINHENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA, CONFORME PROCESSO Nº 4871/2026.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 006/2026	
CONTRATANTE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
C.N.P.J.	14.674.337/0001-99
CONTRATADA	PROCIMED COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA
C.N.P.J.	33.961.969/0001-88
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO FUTURO E EVENTUAL, INSUMOS, MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA O SERVIÇO MÉDICO E DE ENFERMAGEM, SOB DEMANDA.
VALOR	VALOR TOTAL DE R\$ 192.457,80 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).
PROCESSO	Nº 14582/2025
LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2025
VIGÊNCIA	12 (DOZE) MESES - A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO - 14/04/2026 À 13/04/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ATIVIDADE	2000
ELEMENTO	3390.30
FISCAL DO CONTRATO/ FISCAL SUBSTITUTO	SR. LUIZ GUILHERME GOMES BITTENCOURT, CADASTRO Nº 923.122. SR. LEONARDO GOMES PINTO DE ABREU, CADASTRO Nº 903024.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO Nº 006/2026	
CONTRATANTE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
C.N.P.J.	14.674.337/0001-99
CONTRATADA	PROCIMED COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA
C.N.P.J.	33.961.969/0001-88
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO FUTURO E EVENTUAL, INSUMOS, MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA O SERVIÇO MÉDICO E DE ENFERMAGEM, SOB DEMANDA.
VALOR	VALOR TOTAL DE R\$ 192.457,80 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).
PROCESSO	Nº 14582/2025
LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2025
VIGÊNCIA	12 (DOZE) MESES - A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO - 14/04/2026 À 13/04/2027

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 011/2026	
CONTRATANTE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
C.N.P.J.	14.674.337/0001-99
CONTRATADA	TELEFÔNICA BRASIL S/A TLD HUB DE CIBERSEGURANÇA E CONECTIVIDADE LTDA
C.N.P.J.	02.558.157/0001-62 33.927.849/0001-64
OBJETO	A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E HABILITAÇÃO (TR/ HABILITAÇÃO).

VALOR	VALOR MENSAL DE R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), PERFAZENDO O VALOR ESTIMADO GLOBAL DE R\$ 480.000,00 (QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS).
PROCESSO	Nº 4673/2026
LICITAÇÃO	DISPENSA Nº 02/2026 / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024.2056.2025.0012539-43 - SEINFRA
VIGÊNCIA	12 (DOZE) MESES - A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO - 14/04/2026 À 13/04/2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ATIVIDADE	2018
ELEMENTO	3390.39
FISCAL DO CONTRATO/ FISCAL SUBSTITUTO	SR. RUY BARBOSA DE ABREU JÚNIOR, CADASTRO Nº 911615. SR. LUCAS DE SANTANA PINHEIRO, CADASTRO Nº 925381.

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições;

R E S O L V E:

ATOS

Nº. 9.270/2026 - Considerar sem efeito a nomeação de OTONI GONÇALVES DE FREITAS NETTO, constante no Ato nº. 9.189/2026, publicado no Diário Oficial de 14/04/2026.

Nº. 9.271/2026 - Nomear OTONI GONÇALVES DE FREITAS NETTO para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Robinho), Nível SP-28, pelo período de 01/04/2026 a 20/07/2026, em substituição à servidora MAIZA GLAUCIA DOS SANTOS CASTRO, cadastro nº. 915818, em virtude do seu afastamento em regime de licença gestante.

Nº. 9.272/2026 - Nomear MARLUCE DE OLIVEIRA BORGES, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (1ª Secretaria) Nível SP-13, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.273/2026 - Nomear AMANDA EVANIELLE DOS ANJOS MACHADO, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (3ª Vice-Presidência) Nível SP-20, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.274/2026 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Angelo Almeida) abaixo relacionados, a partir de 03/04/2026:

LOIZE MENEZES DOS SANTOS	SP-26
RAUL BARBOSA VIEIRA	SP-26

Nº. 9.275/2026 - Nomear MARIA EDUARDA OLIVEIRA DE SOUZA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. José de Arimatéia) Nível SP-19, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.276/2026 - Nomear MARCELO ANDRADE DE ARAUJO FERREIRA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Marcelinho Veiga) Nível SP-21, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.277/2026 - Nomear ADILENE DE JESUS REIS, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Matheus Ferreira) Nível SP-19, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.278/2026 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Osni Cardoso Lula da Silva) abaixo relacionados, a partir de 03/04/2026:

JOILSON MARINHO CORDEIRO	SP-16A
JOAO SÉRGIO REIS DOS SANTOS	SP-16A

Nº. 9.279/2026 - Autorizar a mudança de Nível do Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Pancadinha) na forma abaixo relacionada, a partir de 01/04/2026:

NOME	CADASTRO	DE	PARA
ANTONIA BORGES CORREIA	932194	SP-25	SP-26

Nº. 9.280/2026 - Nomear WILLAMES TANURI BENTO, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Roberto Carlos) Nível SP-15, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.281/2026 - Nomear ADAILTON SANTOS BARBOSA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Liderança da Maioria) Nível SP-16B, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.282/2026 - Nomear JOSE RUBENS TEIXEIRA ALVES JUNIOR, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Liderança da Minoria) Nível SP-19A, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.283/2026 - Nomear BRUNO SARMENTO SOARES, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Vice-Liderança do PL/SOLIDARIEDADE/PRD - Dep. Raimundinho da JR) Nível SP-15, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.284/2026 - Autorizar a mudança de Nível do Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Dr. Diego Castro) na forma abaixo relacionada, a partir de 01/04/2026:

NOME	CADASTRO	DE	PARA
JUCELINA SENA BRANDAO	923796	SP-23	SP-27

Nº. 9.285/2026 - Nomear RAISSA SANTOS CALDAS ALMEIDA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Hilton Coelho) Nível SP-24, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.286/2026 - Nomear ANDERSON DA SILVA MUNIZ JUNIOR, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (3ª Secretaria) Nível SP-23A, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.287/2026 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Angelo Almeida) abaixo relacionados, a partir de 03/04/2026:

NAIARA SOUZA LIMA	SP-17B
RAMON ALVES LIMA	SP-19
JOAO VICTOR GONCALVES DE ANDRADE	SP-27

Nº. 9.288/2026 - Nomear PATRICIA GONCALVES PIMENTEL, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Angelo Coronel Filho) Nível SP-15, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.289/2026 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Marcelinho Veiga) abaixo relacionados, a partir de 01/04/2026:

RAIMUNDO SANTOS DE OLIVEIRA	SP-13
PEDRO HENRIQUE BOTELHO RODRIGUES	SP-17B

Nº. 9.290/2026 - Nomear LAILA POMPONET CIRNE, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Pancadinha) Nível SP-26, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.291/2026 - Nomear ANDERSON ARAUJO AIRES DOS SANTOS, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Vice-Liderança do PL/SOLIDARIEDADE/PRD - Dep. Raimundinho da JR) Nível SP-21, a partir de 01/04/2026.

Nº. 9.292/2026 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Angelo Almeida) abaixo relacionados, a partir de 03/04/2026:

GUILIA ARAUJO GUIMARAES	SP-19A
MILANE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA	SP-16

Nº. 9.293/2026 - Designar o servidor MARIO AUGUSTO DE ALMEIDA NETO, cadastro nº. 932.543, para responder pela Secretaria Geral das Comissões, Símbolo FC07, a partir de 10/04/2026, por afastamento do seu titular em regime de licença-médica.

Nº. 9.294/2026 - Autorizar a mudança de Nível do Secretário Parlamentar (Comissão de Constituição e Justiça) na forma abaixo relacionada, a partir de 01/04/2026:

NOME	CADASTRO	DE	PARA
SILAS RAFAEL NASCIMENTO FELIX	928671	SP-26	SP-25

Nº. 9.295/2026 - Autorizar a mudança de Nível do Secretário Parlamentar



SRD		Solicitação de Reserva de Dotação		01101.0001.26.0000012-1	
Unidade Orçamentária: 01101 - Secretaria da Assembleia Legislativa					
Unidade Gestora: 01101.0001 - Secretaria da Assembleia Legislativa - Executora					
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59		Objeto: O objeto do presente instrumento é a prestação do serviço de telefonia fixa comutada, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).	
Data do Cadastro: 16/04/2026		Situação: Incluída		Integração Simpas: Não	
Responsável da Unidade: Ruy Barbosa		E-mail Responsável pela Unidade: diretoria@alba.ba.gov.br		Telefone do Responsável pela Unidade: 31154933	
Valor da SRD (R\$) *** 480.000,00		QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS *****			
Justificativa:		Usuário de Alteração:		Data/Hora de Alteração:	

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO		
Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2026	01101.0001.01.122.500.2018.9900.339039000.15000100000000000000.1	480.000,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO				
Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2026	01101.0001.01.122.500.2018.9900.339039000.15000100000000000000.1	-2.900.130,92	480.000,00	-3.380.130,92



LID		Licitação / Inexigibilidade / Dispensa		01101.0001.26.0000012-5	
Nº da LID: 01101.0001.26.0000012-5		Data da LID: 16/04/2026		Valor Total: *** 480.000,00	Situação: Incluída
Unidade Orçamentária: 01101 - Secretaria da Assembleia Legislativa					
Unidade Gestora: 01101.0001 Secretaria da Assembléia Legislativa - Executora				Integração Simpas: Não	
Nº da LID no SIMPAS: 00000000000000000000		Situação da LID no SIMPAS: Homologada		Data da Situação no SIMPAS: 16/04/2026	
Modalidade de Licitação: Dispensa - art. 59					
Objeto: O objeto do presente instrumento é a prestação do serviço de telefonia fixa comutada, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).					

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SRD:	Valor para o Exercício	Valor para Exercícios Futuros
01101.0001.26.0000012-1	*** 480.000,00	*** 0,00

LOTE(S)

Número do Lote	Valor do Lote (R\$)	CPF/CNPJ do Credor	Lei Anticalote?	Percentual retenção
1	*** 480.000,00	02.558.157/0001-62	Não	



INT		Instrumento Contratual		01101.0001.26.0000012-3	
Unidade Orçamentária: 01101 - Secretaria da Assembleia Legislativa					
Unidade Gestora: 01101.0001 - Secretaria da Assembleia Legislativa - Executora					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Contrato		Número da LID: 01101.0001.26.0000012-5		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	
Objeto: O objeto do presente instrumento é a prestação do serviço de telefonia fixa comutada, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).					
Data Celebração: 14/04/2026		Data Publicação no DOE: 15/04/2026		Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio: 011/2026	
Data Início: 14/04/2026		Data Término: 13/04/2027		Nº SRD: 01101.0001.26.0000012-1	
Situação: Ativo					
Nome da Unidade Administrativa (UA): Alba					
Responsável pela UA: Ruy Barbosa					
Email do Responsável pela UA: diretoria@alba.ba.gov.br				Telefone do Responsável pela UA: 31154933	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 480.000,00				QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS *** ** * ** * ** * *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *	

LOTES

Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	480.000,00	Não				0,00

DADOS CREDOR

Código:	2013230375				
Nome:	TELEFONICA BRASIL S.A.				
CPF/ CNPJ:	02.558.157/0001-62	Insc. Estadual:	0		
Responsável no Credor:	TELEFÔNICA BRASIL S/A	E-mail Responsável:			

DEMONSTRATIVO POR DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2026	01101.0001.01.122.500.2018.9900.339039000.15000100000000000000.1	GERAL	480.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Dotação Orçamentária: 01101.0001.01.122.500.2018.9900.339039000.15000100000000000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	31/12/2026	480.000,00